

## **TAVARES, João Maria Loureiro**

\*magistrado; pres. SE 1906.

*João Maria Loureiro Tavares* nasceu em Japaratuba (SE) no dia 9 de julho de 1844, filho de Francisco de Sá e de Catarina Angélica de Sá.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1867 e, de volta ao seu estado natal, em janeiro de 1869 foi nomeado promotor público da cidade de Capela (SE). Exerceria essa função até julho de 1872, quando seria nomeado juiz municipal e de órfãos no município de Ilha do Ouro (SE). Ocuparia esse cargo até julho de 1888.

Antes, porém, ainda durante o Império, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado provincial em Sergipe para o biênio 1870-1871. Foi reeleito em 1872 e durante essa legislatura, até 1873, foi presidente da Assembleia Legislativa Provincial. Voltou ao parlamento da província para mais um mandato, de 1876 a 1877, quando novamente foi escolhido por seus pares presidente da assembleia. Em maio de 1888 foi nomeado, por carta do governo Imperial, terceiro vice-presidente do estado, durante a administração de Olímpio Manuel dos Santos Vidal (1888).

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado juiz de direito na cidade de Propriá (SE) em 1892. De junho de 1895 a julho de 1898 foi impedido de exercer o cargo por determinação estadual, que o considerou legalmente inapto. Após resolver essa questão, permaneceu no cargo até agosto de 1899. Nesse mês, foi promovido a desembargador do Tribunal da Relação de Sergipe, posto que ocuparia por vários anos.

Em 1905, em chapa única, Guilherme de Sousa Campos foi eleito presidente de Sergipe, apoiado pelas forças situacionistas do estado, lideradas por seu irmão, monsenhor Olímpio de Sousa Campos, então senador pelo estado de Sergipe (1902-1906). Logo no início, esse governo passou a receber muitas críticas da imprensa local. Essa movimentação levou o então deputado Fausto Cardoso (1900-1902 e 1906) a deixar a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e voltar a Sergipe com o objetivo de conter a continuidade do olimpismo. Em agosto de 1906, os partidários de Fausto Cardoso levaram adiante uma

revolta armada que levou à renúncia de Guilherme de Sousa Campos em 10 de agosto.

Depois que todos os substitutos legais – o vice-presidente do estado, o presidente e o vice-presidente do Tribunal da Relação – declinaram do cargo, nessa data, assumiu o governo estadual João Maria Loureiro Tavares, terceiro na hierarquia judiciária sergipana. Ao assumir o governo, compôs o seu secretariado, iniciou a deposição dos aliados do monsenhor Olímpio de Sousa Campos e reorganizou a força policial estadual. Convocou eleições para o governo estadual no prazo de 40 dias, contudo, o então presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), decretou intervenção federal no estado. Em 28 de agosto as tropas federais retomaram o poder em Sergipe e reconduziram Guilherme de Sousa Campos à chefia do Executivo estadual. Nesse mesmo dia, durante a ação militar, Fausto Cardoso foi morto. Em decorrência do incidente, no dia 6 de novembro do mesmo ano, o monsenhor Olímpio de Sousa Campos foi assassinado pelos filhos de Fausto Cardoso, no Largo do Paço, na Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro.

Depois de seus 18 dias no poder, José Maria Loureiro Tavares retornou às suas funções no Tribunal da Relação, aposentando-se em 5 de dezembro de 1907.

No campo jornalístico, colaborou com os jornais *O Trabalho* e *Gazeta de Aracaju*, ambos de Sergipe.

Faleceu em Propriá no dia 14 de junho de 1910.

Publicou diversas peças jurídicas que tiveram grande repercussão na imprensa sergipana, entre as quais *Os terrenos do extinto morgado do Porto da Folha, o Sr. Coronel Gouveia Lima e o juiz comissário, Embargos e alegações oferecidas a carta precatória executória pelo ex-sócio Manuel Ezequiel Henriques* e *O município de Porto Folha – petição dirigida ao Conselho Municipal*.

*Raimundo Helio Lopes*

FONTES: BITENCOURT, L. *Homens*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; SOUZA, T. *Impasses*.